

Ministério
da Cultura



FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE
funarte
CENTRO DAS ARTES CÊNICAS

RELATÓRIO RESUMIDO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ARTES VISUAIS

**17, 18 E 19 DE AGOSTO DE 2005
PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA
SALA CÂNDIDO PORTINARI
RIO DE JANEIRO**

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Antonio Grassi
Presidente da Funarte

Myriam Lewin
Diretora Executiva

Francisco Chaves
Diretor do Centro de Artes Visuais

Vítor Ortiz
Diretor do Centro de Programas Integrados

Ficha Técnica

SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ARTES VISUAIS

Gerenciamento e Coordenação Política

Francisco de Assis Chaves Bastos - Diretor do Centro de Artes Visuais da Funarte
Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas da Funarte

Assessoria

Márcia Lontra – Assessoria da Câmara Setorial de Artes Visuais
Morgana Eneile – Assessoria Especial
Eliane Suarez, Janaína Botelho, Mayalu Matos – Assessoria Gerência de Programas

Moderação

Felippe de Rosenberg

1ª PLENÁRIA

Definição dos Campos de Atuação

Palestras dos curadores Marcus Lontra e Angélica de Moraes sobre o tema, seguido por debate aberto.

Objetivo: *fundamentar com diferentes enfoques os segmentos que compõem o sistema de artes visuais.*

À seqüência das palestras, depreendeu-se que tanto Angélica de Moraes, quanto Marcus Lontra, destacaram a multidisciplinaridade da produção artística e sua função social e a importância estratégica para a ocupação de um espaço institucional evitando posturas exclusivistas sobre o que se deve valorizar enquanto Sistema de Artes Visuais em detrimento de uma ou outra manifestação.

Desta forma, ficou nítido que o caminho norteador para se discutir o Sistema de Artes Visuais deve ser o da inclusão de todas as formas e cadeias produtivas, e que o olhar da contemporaneidade e o caráter reflexivo deve sobrepor-se aos meios.

Nesse sentido, orientou-se a reflexão para o tema sem definições absolutas sobre o universo das Artes Visuais, deixando que a tônica sobre a condução dos debates em torno da Câmara Setorial do segmento se dirigisse para o processo de se estabelecer as direções das discussões e não propriamente os caminhos.

2ª PLENÁRIA

Programas e Áreas de Fomento

Objetivo: *Identificação dos elos da cadeia produtiva pelos segmentos das artes visuais a serem trabalhados e formação de grupos para desenho das futuras propostas.*

Primeira fase: *identificação das áreas de estudo.*

Segunda fase: definição em grupos – componentes, coordenadores e relatores.

SUGESTÕES PARA DISCUSSÃO DE TEMÁRIO POR AGRUPAMENTO DE QUESTÕES

TEMAS RELACIONADOS AO ÂMBITO INSTITUCIONAL	TEMAS RELACIONADOS À PRODUÇÃO
TEMAS RELACIONADOS À DIMENSÃO ECONÔMICA	TEMAS RELACIONADOS À ASSIMILAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO

- ↓
- 1. QUESTÕES REGULATÓRIAS**
 - 2. QUESTÕES de FINANCIAMENTO (públicas e privadas)**

Panorama sobre a Organização das Artes Visuais no País

Diagnóstico e resultados da experiência do Centro de Artes Visuais, seus projetos e, em especial, a montagem da Rede Nacional de Artes Visuais, apresentado por Xico Chaves - Diretor do Centro de Artes Visuais/ FUNARTE.

Objetivo: apresentação da realidade institucional do país no âmbito estudado, suas dificuldades, potencialidades e aspectos regionais e locais.

Um dos resultados da Rede foi a identificação de nós críticos e necessidades para os diversos encaminhamentos subsequentes ao Seminário.

Destas iniciativas e do Seminário ARTE/ ESTADO¹ que, definido o modelo de organização dos Grupos de Trabalho e sistematizadas as questões, partiu-se para a discussão de uma listagem básica de aspectos para estudo, e que orientou a maior consistência dos trabalhos. Quais sejam:

1. Fomento às artes visuais através de abertura de editais para Bolsa de Pesquisa.
2. Encaminhamentos para o aprofundamento das questões referentes à Formação Acadêmica na área de artes visuais.
3. Projeto de melhoria e atualização nas áreas de arte-educação.
4. Participação das artes visuais em projetos sociais do governo.
5. Incentivo a publicações especializadas para o estudo e a difusão das artes visuais.
6. Maior participação e estabelecimento de novos critérios de acesso ao Fundo Nacional de Cultura.
7. Reformulação e ampliação das leis de incentivos (Pronac e outros)
8. Normatização e aplicação de uma lei voltada para os direitos autorais de imagem e outros produtos em artes visuais.
9. Incentivo a projetos adequados de arte pública com estabelecimento de critérios, conceitos e mercado de trabalho.
10. Liberação de alíquotas de importação de materiais artísticos.

¹ Promovido pela FUNARTE, em 2003, para discutir novos rumos para as artes visuais no Brasil.

11. Criação de projetos voltados para a interação e transversalidade entre o Minc e outros ministérios para as artes visuais.
12. Fomento à experimentação e ação de grupos independentes que trabalhem com as novas linguagens.
13. Apoio à iniciativas independentes que visam a difusão das artes visuais.
14. Desburocratização dos processos de atendimento às áreas artísticas, com normas mais flexíveis e adequadas à área.
15. Dotação de maior infra-estrutura técnica e de pessoal para as instituições que trabalham com acervos e produção artísticas.
16. Projeto de preparação e formação de opinião junto à iniciativa privada e áreas governamentais quanto à função das artes visuais.
17. Incentivo a programas de residência artística para desenvolvimento de projetos no país e no exterior.
18. Realização de um projeto de artes visuais, permanente, capaz de ter continuidade frente às mudanças de governo.
19. Orientação técnica para implantação adequada de espaços expositivos e mostra de trabalhos multimídia.
20. Encaminhamento de sugestão e normatização para incluir questões inerentes à arte tecnológica.
21. Estudo detalhado das cadeias produtivas referentes às artes visuais (artes plásticas, artes gráficas, fotografia, design e arte tecnológica).
22. Questões referentes ao mercado específico para as artes visuais.
23. Projeto para premiações nacionais para artes visuais (criação, crítica, produção, documentação e outras categorias)
24. Incentivo e estímulo à criação e apoio a salões nacionais e regionais.
25. Questões relacionadas a critérios de participação em Bienais nacionais e internacionais.
26. Normas e processos de difusão da produção artística brasileira no exterior (transversalidade com M.R.E)
27. Elaboração de critérios, junto ao M.R.E para apresentação de artistas nos espaços oficiais brasileiros no exterior.

28. Restauração museológica, tratamento de acervos de artes visuais, preservação documental e fotográfica.
29. Estabelecimento de critérios e normas para exposições de obras contemporâneas em museus e espaços expositivos oficiais, mediante difusão de editais e comissões de curadores.
30. Incentivos para utilização dos museus e galerias oficiais como espaço de debate cultural.
31. Diversificação dos programas didáticos na área de artes visuais junto à universidades, escolas oficiais e rede pública de ensino.
32. Colocar as Artes Visuais/Cultura em negociações e convênios junto aos programas de desenvolvimento econômico.
33. Realização de fóruns de artes visuais semestrais e anuais em todas as regiões do país.

3ª PLENÁRIA

Diretrizes para Planejamento e Financiamento

Identificação por cada grupo de trabalho de possíveis instrumentos e mecanismos para a organização de ações programáticas e seu financiamento, tendo em vista os objetivos estratégicos, metas setoriais e propostas de ação identificados.

Primeira fase: introdução do tema, a partir da apresentação das propostas de organização temática por grupos.

Segunda Fase: Definição de relatores e coordenadores para cada grupo temático de consenso.

Objetivo: identificação de agrupamento de questões a serem desenvolvidas por cada grupo, seus coordenadores e relatores.

1) Atividade artística

- a) Produção e pesquisa artística
- b) Reprodução Mercantil

- c) Campo discursivo
- d) Campo etnológico e arqueológico

2) Desenho Institucional

- a) Espaços Culturais (Instituições públicas e privadas, Museus, Centros Culturais, Centros Culturais, Galerias)
- b) Gestão – agências reguladoras.
- c) Acervo
- d) Salões
- e) Bolsas (entidades de representação, coleções particulares, leilões), desdobramentos Institucionais Contemporâneos.

3) Recepção pública

- a) Redes de interação
- b) Educação
- c) Difusão – exposições, publicações, simpósios e Seminários, bancos de dados.

A este se seguiu a designação dos integrantes de cada grupo, que, por livre escolha e decorrente de poucos ajustes, em função dos perfis profissionais, áreas de abrangência regional e quantitativos na busca do melhor aproveitamento do potencial dos participantes, na forma descrita adiante.

Resultado da discussão sobre os grupos:

- 1) Grupo 1 - Atividade artística – 17 pessoas
- 2) Grupo 2 - Âmbito Institucional – 15 pessoas
- 3) Grupo 3 - Assimilação Social da Produção – 10 pessoas

4ª PLENÁRIA

Os Grupos Temáticos e a Câmara Setorial

Sistematização das questões por objetivos estratégicos, metas setoriais e propostas de ação, considerando-se por cada grupo de trabalho: áreas temáticas consensuais, dificuldades e iniciativas de fomento comuns.

Objetivo: Identificação de metas e ações programáticas por segmentos e elos.

À definição da composição, seguiu-se uma discussão de conteúdo para o encaminhamento das questões pertinentes a cada enfoque. Os trabalhos resultaram em um fenômeno curioso:

- o primeiro grupo definiu uma metodologia de abordagem por eixos de cada elenco de questões sintetizando de forma muito objetiva uma metodologia de trabalho passível de ser adotada para todas as questões;
- o segundo grupo por sua vez, embora denotasse grande dificuldade na sistematização, avançou da discussão pontual de seu universo de questões discorrendo mais densamente as questões por itens isolados; e
- já o terceiro conseguiu alinhar e organizar as questões e os temas de maneira a instrumentalizar os encaminhamentos futuros.

Desta feita, todos os resultados podem ser aproveitados para compor a discussão e encaminhamentos futuros de maneira coordenada, desde que bem analisados pelos respectivos relatórios.

RELATÓRIO DE GRUPO 1

PARTICIPANTES: Ana Glafira (AL), Edgar Vasques (RS), Roaleno R.A. Costa (BA), Sayonara Pinheiro (RN), Daniela Bezerra (DF), Sérgio Franco (SP), Tarcílio Ribeiro (MG), Ronaldo Gama (AP), Afonso Luiz Vasques (SP), Goto (PR), Wagner Barja (DF), Roberto Moreira Jr. (SC), Almandrade (BA), Rejane Cantoni (SP), Elias Santos (SE), Antonio Netto (TO), Emanuel Franco (PA).

RELATOR: Edgar Vasques (RS)

TEMA/GRUPO: Atividade Artística/Produção

RESUMO DA DISCUSSÃO:

A discussão conduziu à criação de um método preliminar capaz de estabelecer, em grandes linhas as questões relativas aos 4 campos de análise do grupo 1 (Produção e Pesquisa Artística; Reprodução Mercantil; Campo discursivo e o Campo Etnográfico/ Arqueológico). Definiram-se 3 eixos (Formação, Questões Econômicas, Financiamento e Sustentabilidade e Informação) que, cruzados com os 4 campos, pudeste identificar os problemas da produção artística em cada campo.

CONSENSOS:

A aplicação do método levantou várias questões consensuais (mas não houve tempo de completar o quadro de aplicação dos eixos sobre os temas) por exemplo: A importância da formação educacional, da previsão das leis de incentivo, etc.

DISSENSOS:

Goto (PR) prefere considerar por sua abrangência, a questão da formação como um tema específico, ao invés de um eixo.

OBSERVAÇÕES/ COMENTÁRIOS:

O detalhamento dos 4 campos consta de Documento Anexo, (produzido pela representação de SP), com objeção por parte de Rejane Cantoni, que por esse motivo, não assina o anexo.

Documento Anexo

Atividade Artística

1.1 Definição do Campo

Este tópico visa circunscrever, ainda que precária e insuficientemente, campos que são diversificados pelos seus usos e funcionamento próprios, mas que se relacionam com a pesquisa e a investigação das práticas que produzem os objetos, ações, propostas e reflexões que delimitam o campo das artes visuais.

- 1.1.1 – **Atividade Artística no Campo Simbólico:** Práticas estéticas que vão desde as atividades em suportes tradicionais (pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura) até as atividades que visam linguagens e experimentos materiais, corporais ou espaciais; pesquisas de suportes e tecnologias; dispositivos informacionais e sócio-políticos.
- 1.1.2 – **Atividade Artística no campo da Reprodução Mercantil:** Agenciamentos estéticos mistos que se inscrevem num nível de atividades rentáveis e economicamente auto-sustentáveis, com meios próprios de circulação que apresentam intersecções ocasionais com o campo das práticas de 1.1 (práticas como artesanato, decoração, cenografia, design, moda, quadrinhos, games, foto jornalismo, programação visual).

1.1.3 – **Atividade Artística no campo Discursivo:** Práticas de resimbolização da atividade estética no registro de linguagens escritas e outras articulações, visando a atualização de significados propostos por obras, objetos e ações de arte numa perspectiva do pensamento e da reflexão (história da arte, crítica de arte, antropologia, psicanálise, teorias da arte, formas literárias pós-modernas, curadoria).

1.1.4 – **Atividade Artística no campo Etnológico e Arqueológico:** Práticas científicas que trazem para um campo estético ocidental objetos de culturas e civilização outras, ainda que em seus lugares de ordem não sejam considerados artísticos. Objetos estes referentes a modos de simbolização derivados de motivações históricas, técnicas e sociais diversas da tradição eurocêntrica (zoolitos, pinturas parietais, artefatos de uso, cerâmica, fetiches, instrumentos e objetos rituais, pinturas e adornos corporais, objetos e estruturas habitacionais e funerárias).

RELATÓRIO DE GRUPO 2

PARTICIPANTES: Serafim (MT), Diógenes (PB), Clarisse (RJ), Cristiane (RS), Shirley (SP), Regina Mello (MG), Márcio (RJ), Albert (Piauí), Flávia (SP), Bruno (PE), Patrícia (RJ), Neno (SC), Fabíola (SP), Fernando (GO), Daniela (RJ).

Tema/Grupo: Âmbito Institucional

Resumo da Discussão:

- Apresentação Geral
- Levantamento de questões

- Propostas Levantadas
- Debate

Consensos:

Os itens contidos em observações e comentários, foram listados indiscriminadamente, sem ainda consenso geral.

Dissensos:

Sugestões sobre colecionismo, manutenção ou não de salões no formatos atuais.

Observações/Comentários:

1. Mapeamento (Radiografia Crítica)
2. Agencia Nacional Reguladora.
3. Lei para instalar em cidades: ateliês e Laboratórios, Bibliotecas, conservação, conservação/ restauração, acervo. (Padrão básico de equipamentos culturais público).
4. Acompanhar/Analisar divulgação resultados das Leis de incentivos fiscais. Garantir do cumprimento do estatuto das instituições públicas e privadas.
5. Criação de Lei de Incentivo ao colecionismo.
6. Ocupação dos equipamentos existentes, ativos e inativos.
7. Entendimento da pesquisa artística como: pesquisa científica.
8. Relação com o Ministério da Educação e Ministério da Cultura e o Ministério de Ciência e Tecnologia.
9. Comissão para editais/ bolsas/residências nacionais e internacionais.
10. Regulamentação dos espaços expositivos das embaixadas.
11. Recursos para espaços abertos.
12. Retro-alimentação do imposto sobre venda de obras para a cultura.

13. Cachê/ Produção/ Per-diem.
14. Educação continuada e específica.
15. Funcionamento e função da Funarte.
16. Acesso a leis de incentivo por pessoa física.
17. Fomento de pesquisa não acadêmica.
18. Salões: Manutenção, transformação em bolsas.
19. Incentivo e regulamentação de publicações e periódicos institucionais.
20. Código de ética.

RELATÓRIO DE GRUPO 3

PARTICIPANTES: Alexandre Lambert, Luiz Augusto Vital, Chico Linares, Silvio Rafael Céu, Ivana, Paulo César Carvalho, Albio, Tchello, Luciana Costa, Jacqueline.

Relator: Luciana Costa, Alexandre Lambert, Luiz Augusto Vidal.

Tema/Grupo: Assimilação Social da Produção

Resumo da Discussão:

Apresentação curta de cada representante. Rodadas de colocação dos itens a serem levantados e discutidos. Apesar de não ser referente ao nosso tema, como de cunho social, sugerimos a criação de plano de aposentadoria do artista plásticos.

Consensos:

Separação de itens assimilação em 6 grupos: 1. Formação, 2. Fomento, 3. Direito Autoral e Ética profissional, 4. Patrimônio, 5. Identidade – Memória e paisagens, 6. Difusão.

Dissensos:

Observações/Comentários:

1. Formação: 1.1 Formação de público. 1.2 Formação continuada. 1.3 Valorização e legitimação do professor de arte. 1.4 Formação de ensino não institucional. 1.5 Ensino de arte, produção, crítica história e estética. 1.6 Incentivar produção de salões, debates, oficinas e workshop. 1.7 Intercâmbio de artistas. 1.8 Rede de oficinas de formação atualização e formação continuada dos profissionais da área. 1.9 Apoio e representatividade do 3º setor que atua na área de artes visuais sem fins lucrativos. 1.10 Incentivo a criação de núcleos de arte (oficinas) na rede de ensino. 1.11 Políticas que permitam a espaços não institucionais e independentes a abrigarem projetos educacionais. 1.12 Realização de congressos nacionais anuais. 1.13 Formação de ateliês, oficinas e cursos abertos ao público em geral.
2. Fomento: 2.1 Financiamento e investimento diversas questões tributárias, leis de incentivo, programas de apoio, métodos de escolha para os programas de apoio e fomento, bolsas editais, prêmios e publicações. 2.2 Definição de agência de projetos para todo o país. 2.3 Obrigatoriedade de quem as instituições públicas tenham espaços para promover novos artistas. 2.4 Garantia da continuidade das políticas culturais. 2.5 Facilitar Trâmite, alfandegário para obras de artista. 2.6 Reforma fiscal que crie instrumentos facilitadores para desonerar as cadeias produtivas do pagamento de impostos em cascata. 2.7 Diminuição das taxas de importação para materiais de arte. 2.8 Possibilidade de interação interdisciplinar de artes visuais com equipamentos públicos (bibliotecas, hospitais).

3. Dígito Autoral e Ética Profissional: 3.1 Criação de código de ética profissional. 3.2 Melhor exploração e difusão da lei 9.610/98 no que se refere as artes visuais num todo através de cartilha e mídia eletrônica. 3.3 Difusão da necessidade da utilização de instrumentos contratuais para proteção dos profissionais de arte (contra o abuso do poder econômico e contratos leoninos). 3.4 Criação de um selo de domínio público (tombamento nacional) para as obras que não estejam mais protegidas pela lei de direito autoral.
4. Patrimônio: 4.1 Pesquisa e documentação das artes visuais. 4.2 Preservação do patrimônio material e imaterial. 4.3 Incentivo a publicações da história da arte no Brasil. 4.4 Fomento para a criação e conservação de acervos museológicos de arte contemporânea com critério. 4.5 Preservação e conservação da arte pública. 4.6 Incentivo e criação de exposição e acervos de artistas brasileiros.
5. Identidade: 5.1 Valorização do profissional de arte. 5.2 Valorização e fomento e reservas de mercado para a ilustração infantil em literatura e livros didáticos. 5.3 Valorização e fomento à produção conservação de acervos, distribuição e acesso do humor gráfico como instrumento de cidadania e conscientização sócio ambiental. 5.4 Reserva de mercado em canais de exibição de series de animação infantil. 5.5 Valorização, fomento e reserva de mercado para a arte seqüencial como estímulo a leitura e campo de comunicação de massa contemporânea. 5.6 Incentivo fiscal através de mecanismo de renúncia fiscal que estimulem a utilização de personagens brasileiras em ações de licenciamento e merchandising industrial. 5.7 Incentivo fiscal a produção de monumentos e a utilização de obras visuais em construções comerciais e residenciais urbanas.
6. Difusão: 6.1 Favorecimento de intercâmbio cultural em âmbito nacional e internacional. 6.3 Política de reconhecimento e desenvolvimento do intercâmbio entre instituições e suas comunidades locais. 6.4 Valorização regional do circuito de arte através de micro-mídia. 6.5 Circuito de arte brasileiro nas embaixadas e consulados organizado e programado pelo MinC, CNPC, Câmaras setoriais e Funarte. 6.6 Políticas que permitam a espaços não institucionais independentes e abrigarem exposições e projetos. 6.7 Intercâmbio cultural com embaixadas e consulados no Brasil. 6.8 Interiorização das artes visuais brasileiras através de feiras culturais (itinerante). 6.9 Divulgação ampla da política cultural. 6.10 Estimulo das artes

visuais junto ao turismo. 6.11 Divulgação e difusão das artes visuais junto a Rádios e TVs (melhor uso das TVs universitárias).

FECHAMENTO

Formalização das Pautas e Calendários

Objetivo: Definição de componentes da Câmara Setorial e sugestão de dinâmica de trabalho.

SUGESTÃO DE ELABORAÇÃO PROPOSITIVA DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

Espera-se que a elaboração propositiva do Plano Nacional de Cultura se dê da seguinte forma:

- a. ENCONTRO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CÂMARA: após o fechamento das questões identificadas no Seminário, os participantes retornam de suas regiões de origem, já investidos do endosso de suas representações e da formalização das propostas identificadas no Seminário;
- b. ENCONTRO PARA DEFINIÇÃO DE PAUTA PARA O PLANO NACIONAL DE ARTES VISUAIS; e
- c. ENCONTRO PARA ENCAMINHAMENTO DO PLANO NACIONAL DE ARTES VISUAIS.